

¹ SEVECENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 36.

² GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. p. 41.

³ CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Lanterna na Popa: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, vol.I, 1994.

⁴ *Ibidem*, p. 74.

⁵ *Ibidem*, p. 172.

⁶ *Ibidem*, p. 166.

⁷ *Ibidem*, p. 182.

⁸ *Ibidem*, p. 164.

⁹ *Ibidem*, p. 75.

¹⁰ GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel L. S. "O presente do Passado: as artes de Clio em tempos de memória". In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹² LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. O autor faz uma substancial reflexão sobre a noção de "cultura histórica".

¹³ CAMPOS, op. Cit. p. 20.

¹⁴ BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, 1995. p.32.

¹⁵ CAMPOS, Roberto de Oliveira. "Um país fora de moda". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1084, p.5, 1989.

¹⁶ *Ibidem*, p.6.

¹⁷ SUASSUNA, Luciano. "Já estamos no socialismo". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1058, p.170, 1988.

¹⁸ NOBREGA, Mailson da. "Sair é um alívio". Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, fascículo 1110, p.6. 1989.

¹⁹ GOMES, Angela de Castro. "Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 48. Angela de Castro Gomes discute que do mesmo modo que as culturas políticas são plurais, pode haver o confronto de mais de uma cultura histórica.

²⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 22-23.

²¹ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de tradição e de modernidade nas primeiras décadas do século XX

Luciene Pereira Carris Cardoso*

Negligenciada por longo tempo, a história institucional vem sendo retomada pela historiografia francesa recente. De um lado, influenciada pela revisão de alguns autores anglo-saxões, de outro, pelo sopro de renovação que tem impulsionado os estudos de história política, desde o final dos anos 1980, conforme aponta Georg G. Iggers, no livro *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge* (1997).¹ As instituições públicas e privadas constituem hoje um novo objeto de estudo que pode ser abordado pela convergência de fatores políticos, sociais e culturais. Já em 1989, na comemoração do bicentenário da *École Normale Supérieure*, diversos historiadores dedicaram-se à problemática da história institucional, ao examinarem a atuação das "Grandes Escolas" na Europa. As discussões ali travadas encontram-se publicadas na obra coletiva *L'apprentissage de Savoir* (1995), em particular, o texto de Jean Starobinski, intitulado "*Le partage de savoirs*".²

Criada em 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro transformou-se numa estrutura elementar de sociabilidade da Corte Imperial.³ Por lá, circulavam advogados, médicos, engenheiros militares e funcionários públicos. Indivíduos que estavam antenados com as principais correntes teóricas da época, na esteira do que Silvio Romero denominou como um "bando de idéias novas". Defendiam um projeto pragmático de ciência, com a valorização das ciências para solucionar problemas, com incorporação de modelos do exterior, adaptando-os e desenvolvendo-os em consonância com a realidade nacional.⁴

Nos primeiros anos de atividade, empreendeu um programa de trabalho que buscava responder às demandas do Estado monárquico, por meio de práticas ou atividades científicas, direcionadas para o melhor conhecimento do espaço físico do Império e de seus habitantes, a exemplo da publicação de seu periódico a *Revista ou Boletins da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Apesar da queda da monarquia, em 1889, e das atribuições que sofreu com a instauração do regime republicano, a Sociedade permaneceu desenvolvendo atividades que pudessem auxiliar no aperfeiçoamento da sociedade, consoante o ideário positivista. Esse pragmatismo ganhou um reforço, impulsionado pelo “patriotismo à moda 1914”. O fenômeno identificado pelo historiador francês Maurice Agulhon corresponde ao período entre 1910 e 1920, caracterizado pela reafirmação dos sentimentos cívicos e o interesse pelas questões nacionais.⁵

O deslumbramento e a glorificação da natureza, ao lado da ênfase na preservação do espaço físico, resenhavam o papel da geografia, cabendo-lhe promover a reconciliação entre a nação e a sua história. Se antes o saber geográfico era tomado como uma ciência auxiliar da história, doravante o discurso sobre o espaço torna-se o centro do debate intelectual, fornecendo-lhe a moldura capaz de re-enquadrar o passado.⁶ A visão imponente de um território de dimensão continental assentado em referências geográficas substantivas insuflava, portanto, o sentimento nacionalista nas reuniões da Sociedade, ao mesmo tempo estimulava a proposição de atividades que buscavam descortinar o país aos brasileiros. Não se tratava de uma ação sistemática, mas sim de iniciativas esporádicas, que se aproximavam ao que o historiador Eric Hobsbawn, na divisão da história dos movimentos nacionais, identificou como um momento em que uma *minorité agissante* representada por um conjunto de pioneiros militantes da idéia nacional atua por meio de campanhas e de movimentos em prol dessa mesma idéia.⁷

O governo passou a conferir maior importância à atuação de entidades como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, reconhecida como órgão de utilidade pública, por decreto assinado pelo presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes em 1917. A SGRJ envolveu-se, ainda, nas comemorações do centenário da independência, em 1922. Idealizou um projeto de natureza enciclopédica, a *Geografia do Centenário*, planejado para alcançar dez volumes. Dirigida ao grande público, a coleção de pretendia, didaticamente, descortinar o Brasil aos brasileiros. Seguiram-se outros projetos de cunho pedagógico, como o *Curso Superior Livre de Geografia*, que funcionou entre os anos de 1926 e 1927, destinado à atualização de professores primários, organizado por um corpo de especialistas de escol, que reuniu nomes como Fernando Raja Gabaglia, Everardo Backheuser e Delgado de Carvalho.⁸

Além disso, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro empenhou-se na realização de atividades acadêmicas, na divulgação de trabalhos e na publicação de textos inéditos, que lançavam luz sobre aspectos ainda não revelados do território e da população brasileira. Neste sentido, tornou-se um espaço de discussão, recebendo estudiosos como o engenheiro Vicente Licínio Cardoso, então redator-chefe da *Revista da Sociedade*. Em duas ocasiões, ele apresentou uma síntese das suas investigações sobre o rio São Francisco, assunto que há muito o instigava, apesar de pouco privilegiado pelos estudiosos de então. Acentuava que apesar da sua comprovada importância, a região atravessada pelo São Francisco permanecia obscura para a maioria dos brasileiros, no seu entender: “(...) a ignorância do presente daquele vale exprime e exemplifica, ao mesmo tempo, esse perigo largo em que temos incorrido tantas vezes, vivendo no litoral, mas pensando, de contínuo, como se a nossa cabeça estivesse...na própria Europa”.⁹

A partir dos anos 1930, significativas transformações afetaram a vida política, econômica, social e cultural da Nação,

tais mudanças já se prenunciavam na década anterior, marcada pela crise do sistema oligárquico, a emergência do movimento tenentista, a comemoração do Centenário da Independência do Brasil e a realização da Semana de Arte Moderna em 1922. Ao mesmo tempo, as conseqüências da Primeira Guerra Mundial indicavam que o ideal cosmopolita cedia lugar a passos largos ao nacionalismo exacerbado. A busca pelas raízes brasileiras constituiria, assim, uma das principais preocupações dos homens públicos e letrados da época: "(...) seja através dos ideais da ciência ou da racionalidade (geração de 1870) da arte ou da intuição (geração de 1920), imbuidos de vocação messiânica, senso de missão ou dever social, os intelectuais se auto-elegeram sucessivamente consciência iluminada do nacional".¹⁰

O golpe de Estado que pôs fim à Primeira República, em 1930, não afetou o funcionamento da SGRJ. Aliás, desde o primeiro momento, a Sociedade mostrou-se favorável ao movimento que deu início à chamada Era Vargas, o que não é de estranhar, uma vez que por lá transitavam figuras que apoiaram a Aliança Liberal.¹¹ A associação carioca, entre outros temas que mais tarde seriam objeto da atenção do governo, empenhou-se em examinar a questão do reordenamento geopolítico do território brasileiro. A exemplo da "Grande Comissão Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal", coordenado por Everardo Backheuser, então vice-presidente da Sociedade de Geografia. O projeto deveria somar esforços para "(...) servir bem, sem o menor laivo e preocupação subalterna ou regionalista, os supremos interesses do Brasil".¹² No fundo, buscava-se diminuir o poder das unidades mais expressivas da Federação, a propósito de promover o equilíbrio entre os estados. Prevvia a adoção de um quadro geopolítico menos fragmentado, formado de vinte unidades federativas e dez territórios lindeiros, cobrindo praticamente toda a área de fronteira com as nações vizinhas, entre o extremo norte e o sudoeste do país, o que revela forte preocupação com

a defesa da soberania nacional. Sugeria, ainda, substituir a denominação de "estado" pela de "província", de acordo com a tradição histórica da autonomia política nacional. Para legitimar tais alterações, a "Comissão" advertia para necessidade de se realizar uma campanha de esclarecimento junto à população, de forma a conscientizá-la da sua importância. Por sinal, algumas das sugestões oferecidas pela "Grande Comissão" apareceriam incorporadas ao novo mapa político brasileiro de 1943. Além do projeto encabeçado pela SGRJ, ocorreram iniciativas individuais de alguns associados, como Everardo Backheuser, Raul Bandeira de Mello e Ezequiel Ubatuba.

Outros trabalhos voltaram-se para a ocupação dos espaços vazios do interior do país e a discussão da problemática da imigração. Os associados Raimundo Saladino de Gusmão, José Wanderley de Araújo Pinho, João Ribeiro Mendes e José Magarinos não viam com bons olhos a introdução do imigrante japonês. Considerava-se aceitável o seu ingresso no país, desde que direcionado exclusivamente para o povoamento de áreas inóspitas. Ponderava-se que a "arianização" da população brasileira, sobretudo por meio do elemento europeu, era primordial para o desenvolvimento econômico.¹³ De fato, a política de povoamento implementada por Getúlio Vargas evitou o estabelecimento de imigrantes nas cidades, procurando assentá-los, prioritariamente, nas áreas de fronteira do extremo Oeste.¹⁴

A implementação de políticas públicas que buscavam articular iniciativas científicas com a conformação de uma cultura política, na qual a temática do território nacional, a exploração racional dos seus recursos naturais e sua ocupação ordenada ganhavam um espaço singular. Isto redundou naquilo que decidimos denominar de "cultura geográfica", ou seja, um conjunto de ações sistemáticas com o objetivo de utilizar o conhecimento geográfico para subsidiar as ações do governo de Getúlio Vargas.¹⁵ É evidente que para desenvolver essa "cultura

geográfica” procurou-se suporte nas experiências e estudos anteriores, empreendidos também pela “(...) prestigiosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que de longa data vem liderando no país as iniciativas e as realizações geográficas”.¹⁶ Estabeleceu-se, assim, uma espécie de via de mão dupla entre os órgãos federais que reconheciam a contribuição do tradicional reduto, recebendo em troca apoio e colaboração na implementação dos seus programas de trabalho. Não houve, portanto, inicialmente, um conflito de interesses entre a “associação de diletantes” e os organismos que seriam criados ao longo dos anos 1930, ou disputas, uma vez que o sistema geográfico instituído em 1938 integrava antigos e modernos.

No desenvolvimento dessa “cultura geográfica”, a experiência da Sociedade seria valorizada e seus associados desempenhariam papéis de primeira grandeza. Nomes como Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Fernando Raja Gabaglia e Mario Augusto Teixeira de Freitas. Deste modo, apesar de instituição de caráter privado, foi integrada ao sistema geográfico oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estabelecido por Vargas, em 1938, o que estreitaria ainda mais a sua colaboração com os órgãos federais, inclusive, as recém criadas faculdades de filosofia.

Em 1931, por indicação do Governo Provisório e com o seu patrocínio, a Sociedade de Geografia participou do Terceiro Congresso Internacional de Geografia em Paris, quando se estabeleceu o primeiro contato com a União Geográfica Internacional (UGI).¹⁷ Como representante da SGRJ, foi enviado o sócio Alberto José de Sampaio, membro da Academia Brasileira de Ciências, professor de Botânica do Museu Nacional, antigo integrante da Comissão Rondon e reconhecido especialista na flora mato-grossense.¹⁸ Ao retornar ao Brasil, Sampaio assinalava que o país fora convidado a se filiar à União Geográfica Internacional pelo professor Emmanuel De Martonne, secretário-geral daquele evento e diretor do Instituto de Geografia da Universidade de

Paris.¹⁹ Em 25 de julho de 1933, em sessão conjunta da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Ciências, De Martonne recebeu o título de membro honorário da Sociedade. Naquela oportunidade, sugeriu a entrada do país na UGI.²⁰ De fato, o ingresso do Brasil naquele organismo suscitou imensa atividade que culminou num movimento de renovação da disciplina com a vinda de professores franceses, a criação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal, bem como o estabelecimento de um organismo oficial de coordenação e de sistematização dos conhecimentos geográficos e estatísticos sobre o território nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.²¹

De qualquer maneira, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro assumiu a vanguarda da convocação dos congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. O estudo dessas reuniões científicas revelou não apenas a preocupação com o estado da arte ou a evolução da disciplina. Eles constituem um bom termômetro para se avaliar as transformações que se operavam no país, nos âmbitos social, econômico e político. Os certames realizados entre os anos de 1909 e 1926 tiveram lugar em diversas capitais brasileiras, contaram com financiamento de órgãos públicos e maior participação de entidades estaduais que os acolhiam, dando margem ao acentuado aparecimento de contribuições que privilegiavam temáticas locais. Em 1940, a Sociedade retomou a prática de promover reuniões periódicas da disciplina, interrompida em 1926. De acordo com as Resoluções nº 42 e 48, respectivamente, de 7 de julho e de 30 de outubro de 1939, do Conselho Nacional de Geografia, “(...) a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, num entendimento cívico, deliberaram reiniciar a série dos Congressos Brasileiros de Geografia, realizando-os trienalmente.”²² Cabe distinguir que as jornadas de 1940 e de 1944, cuja programação atendia às demandas da “cultura geográfica” do Estado Novo, evidenciam, ainda, a predominância

de um saber geográfico de caráter pragmático e utilitário, direcionado para o reconhecimento do espaço nacional e para subsidiar a ação governo de Getúlio Vargas. Por conseguinte, não é de estranhar a sua dimensão política.²³ Porém, isto não significa afirmar que sua contribuição ao conhecimento geográfico deva ser minimizada. Como atestam as discussões travadas, sobretudo na reunião de 1944, é importante assinalar, o campo da geografia no Brasil já se encontrava em franca delimitação. Não por acaso, se pleiteava a sua separação da história nos cursos das faculdades de filosofia. Para além disso, despontava a preocupação em definir um perfil para o geógrafo profissional, cuja formação se presumia diferente daquela destinada aos docentes de ensino médio.

Os dois congressos realizados durante o Estado Novo reforçaram a visibilidade da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Como integrante do sistema geográfico, as atividades e iniciativas da associação carioca seriam divulgadas na seção "Noticiário", da *Revista do IBGE*. A par disso, outros fatores contribuíram para lhe granjear maior prestígio. Ao longo da década de 1930, a Sociedade passou por uma fase de rejuvenescimento, com a incorporação de novos filiados, na maior parte, funcionários do IBGE e professores que atuavam nas recém criadas faculdades de filosofia, além de militares e políticos, categorias que tradicionalmente freqüentavam a SGRJ, desde a sua fundação. Neste processo de renovação, assumiria um papel de vanguarda nas relações de gênero, ao abrir os seus quadros sociais para o sexo feminino. Para se ter uma idéia, em 1944, ingressaram sete sócias, inclusive, a professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho²⁴, umas das pioneiras a defender tese de doutorado na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Pierre Monbeig, naquele mesmo ano.²⁵ Mas, o reduto científico ainda se beneficiaria da proteção que desfrutava de homens públicos como os ministros José Matoso Maia Forte, Oswaldo Aranha, e o ex-chanceler José Carlos Macedo Soares,

este último alçado à condição de presidente honorário em 1940. Por sinal, ao receber a deferência, o embaixador vislumbrou a possibilidade do reduto científico comemorar o seu 60º aniversário de fundação no prédio que idealizara construir para acolher as instituições técnicas e culturais do país, denominado de Palácio do Silogeu Brasileiro.

O decreto-lei 2326 de 10 de junho de 1940 determinava a centralização de sedes de diversos órgãos técnicos e culturais, com a criação de um edifício, no espaço onde já se encontrava o IHGB, na Avenida Augusto Severo. A "Casa do Brasil" como também era chamada, reuniria a SGRJ, o IBGE, o IHGB, o DASP, o DIP, o INEP, a Liga da Defesa Nacional, a Academia Nacional de Medicina, a Associação Brasileira de Educação, o Instituto da Ordem dos Advogados, além de instituições que desenvolviam atividades ligadas aos serviços de estatística subordinados aos Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Agricultura, do Trabalho, da Previdência, da Educação e Saúde, e da Viação. Previa-se, ainda, a criação do Planetário Cruzeiro Sul com objetivos de "recreio e de educação popular."²⁶

Animada com o impulso dos últimos tempos, no final de 1944, a Sociedade elegeu uma nova diretoria para o biênio seguinte, encabeçada pelo ex-chanceler José Carlos Macedo Soares. A escolha de Macedo Soares para o cargo da presidência não foi aleatória. Macedo Soares já ocupava a direção de outras entidades, a exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939-1968), do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (1936-1951 e 1955-1956) e do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1944-1949)²⁷, além de haver exercido a presidência da Academia Brasileira de Letras (1942-1943). O ex-chanceler era um homem de governo, possuía excelentes relações com o Palácio do Catete, o que poderia facilitar o livre trânsito da Sociedade nas esferas de poder, iluminando-a publicamente.²⁸ A posse de José Carlos de Macedo Soares parecia cercada por bons augúrios. Aguardava-se a assinatura presidencial do decreto de doação

de um terreno para a construção de sua sede, possivelmente para 23 de outubro em 1945.²⁹ Assim, estimulada pelos novos rumos que ganhava, a Sociedade participou da organização dos “Cursos de aperfeiçoamento para professores de geografia do ciclo secundário”, entre 21 e 30 de junho de 1945. Os “Cursos” foram planejados e desenvolvidos em parceria com o Conselho Nacional de Geografia, com a aprovação pelo Ministério da Educação, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a Reforma Capanema, promulgada em 1942. Vinha de longe a preocupação da Sociedade com o magistério. Se, em 1926, promoveu cursos para melhorar a qualidade dos professores de ensino primário, consoante a Reforma Capanema, voltou-se para o aprimoramento dos professores de ensino médio. O diploma conferido aos concluintes era reconhecido como título para admissão no “segundo ciclo de extensão de professorado”.

Sem dúvida, na preparação do programa, pesou a experiência pioneira desenvolvida pela Sociedade de Geografia, na década de 1920, uma vez que o corpo docente seria capitaneado pelos mesmos Everardo Backheuser, Fernando Antonio Raja Gabaglia e Carlos Delgado de Carvalho. A esses nomes uniram-se os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Jorge Dodsworth Martins, Jorge Zarur, J. C. Junqueira Schmidt, João Capistrano Raja Gabaglia, Alírio de Matos, Cristóvão Leite de Castro, e os estrangeiros Giorgio Mortara e o Francis Ruellan. Participaram da cerimônia inaugural do curso, o presidente da Sociedade, José Carlos Macedo Soares, a professora Lúcia Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário e o engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, além do corpo de professores e alunos.³⁰

Impulsionado pelos sucessos recentes, iniciou-se na Sociedade um movimento em prol da reforma dos seus estatutos. Diga-se de passagem, desde a fundação, seus diplomas legais da sofreriam apenas ligeiros acréscimos, mas

nada que afetasse a estrutura básica fixada em 1883.³¹ Os novos estatutos definiam os fins da entidade; a formação dos seus quadros sociais; a composição da diretoria e do conselho diretor, das assembléias ordinárias e extraordinárias; e dispunham sobre a estrutura e o funcionamento, deliberando que o reduto científico seria dissolvida, caso o cadastro social atingisse menos de dez membros, devendo o seu patrimônio ser incorporado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Introduziram, ainda, uma mudança decisiva: deliberavam o fim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Substituíam-na por uma entidade de âmbito nacional, com a denominação de Sociedade Brasileira de Geografia. Esperava-se desse modo ampliar o seu espectro de atuação no sistema geográfico. O destino, porém, não favoreceu aquelas pretensões. Getúlio Vargas, o grande patrono da extinta SGRJ, já havia sido deposto, em 29 de outubro de 1945. Nem mesmo tivera tempo de assinar o tão almejado decreto de doação do terreno para a sua sede. Com a instalação do governo provisório, outras tentativas se sucederam, sem sucesso.³²

Desde a sua fundação até a sua extinção, em 1945, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro atuou como um lócus para o debate e a reunião de estudiosos da matéria. As práticas científicas desenvolvidas, os empreendimentos acadêmicos realizados, do mesmo modo que o conhecimento acumulado na coleção das suas publicações, atestam que as iniciativas da Sociedade, embora carecessem de sistematização e de continuidade, anteciparam-se ao conjunto de medidas tomadas na década de 1940, contribuindo para a formação da geografia como um campo disciplinar autônomo no Brasil.

Notas e Referências

* Este artigo é um resumo da tese de doutorado Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945), defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Dra. Lúcia Maria

Paschoal Guimarães. A pesquisa recebeu o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj). O trabalho constitui uma continuidade à dissertação de mestrado, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2003, na qual analisamos a fundação e atuação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), entre 1883 e 1909, no contexto do movimento que ensejou o aparecimento de entidades congêneres na Europa e no Novo Mundo.

¹ Cf. Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press & London: University Press of New England, 1997.

² Cf. Paul Viallaneix (dir.). *L'apprentissage du savoir vivant: Bicentenaire de la fondation de l'École Normale Supérieure*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

³ Cf. Jean François Sirinelli, "Os intelectuais". In: René Rémond (org.), *Por uma História Política*. RJ: UFRJ, FGV, 1996, p. 231-270.

⁴ Sílvia Fernanda de Mendonça Figueirôa, *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p.19.

⁵ Cf. Maurice Agulhon, *Histoire Vagabonde III. (La politique en France, d'hier à aujourd'hui)*. Paris: Gallimard, 1996, p. 12.

⁶ Tânia Regina de Luca, "História e geografia: revalorização da nação". In: _____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 97.

⁷ Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 21.

⁸ O empreendimento pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro reuniu figuras expressivas, recrutadas não apenas entre os membros da instituição, mas também em outras entidades, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, a Escola Normal e o Museu Nacional, tais como: Edgar Sussekind de Mendonça, Honório de Sousa Silvestre, Luiz Caetano de Oliveira, Heloísa Alberto Torres, Luis Caetano de Oliveira, Abel Pinto, Jorge Machado e Roberto Freire Seidl.

⁹ Vicente Licínio Cardoso, "O rio São Francisco: base física da unidade do império". SGRJ, Revista da SGRJ, Rio de Janeiro, t. 30, 1925, p. 38.

¹⁰ Mônica Pimenta Velloso, "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo" In: Jorge Ferreira & Lucília de A. Neves Delgado (orgs.), *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 148.

¹¹ General Waldomiro Pimentel. "Comentários sobre os projetos da redivisão territorial política do Brasil". Conferência proferida na sessão de 6 de abril de

1934. SGRJ, Revista da SGRJ. Rio de Janeiro, tomo 40, 1935, 1º semestre, p. 60-61.

¹² SGRJ, "Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal". Revista da Sociedade, Rio de Janeiro, t. 37, 1933, p.71.

¹³ José Wanderley de Araújo Pinho, "Fixação de imigrantes e assimilação do imigrante estrangeiro". Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em sessão de 29 de junho de 1935. SGRJ, Revista da Sociedade de Geografia, Rio de Janeiro, t. 40, 1935.

¹⁴ Angela de Castro Gomes, "O trabalhador brasileiro". In: _____, Lúcia Lippi Oliveir &, Mônica Pimenta Velloso, *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.162.

¹⁵ Cf. Ângela de Castro Gomes, "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Contiço (orgs.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 49. A noção utilizada inspira-se na definição de Ângela de Castro Gomes, ou seja, entendida como um sistema de representações complexo e heterogêneo capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.

¹⁶ IBGE, "Resolução n. 22 de 18 de julho de 1938". Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 1, n.3, jul./set., 1939, p. 143. A Resolução aprovada pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia integra a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia e a Associação dos Geógrafos Brasileiros ao sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁷ A entidade fora criada em 1922 na Bélgica, com o propósito de incentivar o estudo dos problemas geográficos; iniciar e coordenar investigações geográficas que requeriam a cooperação internacional, por meio da discussão científica e da publicação de obras, incitar a padronização e a compatibilidade de métodos, nomenclaturas e simbologias empregadas na geografia e promover encontros internacionais a cada três anos. O 1º Congresso Internacional de Geografia realizou-se no Egito, em 1925, e o 2º na Inglaterra, em 1928.

¹⁸ Cf. José Luiz de Andrade Franco & José Augusto Drummond, "Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza". *Varia História*, Minas Gerais, UFMG, n. 33, 2005, p. 153.

¹⁹ Ver, Alberto José Sampaio, "Terceiro Congresso Internacional de Geografia". *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira das Ciências, t. 3, n. 4, 1931, p. 202.

²⁰ Emmanuel De Martonne, "Resposta do professor". Rio de Janeiro, *Anais da*

Academia Brasileira de Ciências, t. 6, n. 1, 1934, p. 41.

²¹ Cf. Luciene Pereira Carris Cardoso, *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*, op. cit., p. 87-91.

²² Cf. Conselho Nacional de Geografia. "Resolução nº 22, de 18 de julho de 1838". *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, nº 3, p. 143, jul. set. de 1939. Ver, também, SGRJ. *Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, vol. 1, 1941, p. 64.

²³ Ver Sérgio Luiz Nunes Pereira, *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2002.

²⁴ Além de Maria da Conceição, em 1944, foram admitidas as seguintes sócias: Iolanda Rabelo de Sousa Ferreira, Judite Valadares Salgado, Maria de Lourdes Jovita, Julieta de Aragão Silveira, Isa Adonias e Isabel D' Aartayette Dias.

²⁵ Ver, SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". *Revista da SBG*, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p. 130 e p. 139.

²⁶ Cf. Mário Augusto Teixeira de Freitas, "Carta de (...) aos jornais do Brasil sobre a Construção do Silogeu Brasileiro, 13 de julho de 1940". Arquivo Nacional, Coleção Mário Augusto Teixeira de Freitas, SG.D/1.828; Ver também, "Decreto-Lei n. 2326 de 10 de junho de 1940". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 2, n.3, jul./set., 1940, p. 504.

²⁷ Vale acrescentar que Macedo Soares também participou de outras associações científicas e culturais brasileiras e estrangeiras, a exemplo da Academia Internacional de Diplomacia, da Ordem dos Advogados de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, do Liceu Literário Português, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, da Academia Uruguaya de Letras, da Academia Argentina de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia de História de Portugal e da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outras.

²⁸ Enéas Martins Filho, "Resenha Biográfica". IHGB, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 279, abr./jun., 1968, p. 47.

²⁹ SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". *Revista da SBG*, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p.133.

³⁰ SBG, "Cursos de aperfeiçoamento para professores de geografia do ciclo secundário". *Revista da SBG*, Rio de Janeiro, 1946, t. 53, p.74.

³¹ As modificações foram realizadas nos anos de 1886, 1910, 1918, 1924, 1936 e 1940.

³² SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". *Revista da SBG*, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p.133.

O homem, o papel e a estrela: de como o exército revolucionário do povo escreveu aos argentinos

Marina Maria de Lira Rocha*

BREVE RELATO SOBRE O EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO NA ARGENTINA

Refletir sobre o *Partido Revolucionário de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)* é conjeturar sobre políticas e práticas na América Latina dos anos 1970. As guerrilhas e ideias de libertação pela guerra popular surgem como estratégias à singularidade do território latino-americano, mobilizando a denominada segunda geração castrista — Tupamaros, no Uruguai, o MIR, no Chile, o ERP, na Argentina, etc. — que reacendem a luta por liberdade, principalmente, a partir da concepção de Che Guevara.¹

Na Argentina, é o *Cordobazo*² que guia a confirmação da alternativa de alguns grupos políticos pela luta armada, como o caso do PRT, partido este conformado, em 1965, por uma junção do movimento indoamericanista FRIP e a corrente trotskista *Palabra Obrera*. Em 1970, durante o Vº Congresso do Partido, uma fissura, ocasionada pela oposição entre duas vertentes discordantes quanto os meios de promoção da revolução socialista - *El Combatiente* (PRT-EC), ala que transitava entre a concepção trotskista, guevarista e militarista, aproximando-se do castrismo, e *La Verdad* (PRT-LV), orientada pelo trotskismo e contrária à guerrilha — originou o PRT-ERP. O grupo EC instituiu, então, o Exército Revolucionário, afirmando a necessidade do proletariado de armar-se para contestar à violência capitalista:

[...] *nuestras acciones tienen un objetivo principal: despertar la consciencia popular y mostrar a todas las patriotas el camino para acabar con la explotación, el hambre, la miseria a que nuestro pueblo se ve sometido.*³